



Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2025

PNAAD
contínua

ISBN 978-85-240-4716-9
© IBGE, 2026

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAAD Contínua¹, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, investigou o módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC no quarto trimestre de 2025. A investigação abrangeu o acesso à Internet e à televisão, bem como a existência de telefone, entre outros equipamentos como microcomputador, *tablet* e rádio,

nos domicílios particulares permanentes; e o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Cabe destacar que tanto o questionário com quesitos referentes aos domicílios quanto o que investiga dados relativos às pessoas passaram por reformulação em 2022, com o objetivo de aprofundar

e melhorar a investigação do uso e acesso a essas tecnologias, tais como serviço pago de *streaming* de vídeo; existência de dispositivo inteligente; uso de Internet em locais públicos; acréscimo de finalidades de acesso à Internet; inclusão do 5G em banda larga móvel etc. Dessa forma, a série histórica para alguns indicadores foi interrompida, enquanto outras séries foram iniciadas a partir de 2022.

Televisão

Domicílios sem recepção de sinal de televisão aberta ou fechada (1)

	2024	2025
Total	6,7%	7,5%
Urbana	6,6%	7,3%
Rural	7,6%	8,6%

(1) Domicílios que não tinham recepção de sinal de televisão aberta analógico ou digital, nem por antena parabólica grande ou mini parabólica, e sem acesso a serviço de televisão por assinatura.

Acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo

2025



Havia acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo

44,4%



Não havia acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo

55,6%

Internet

Utilização (2)

Situação do domicílio

	2024	2025
Total	89,2%	90,5%
Urbana	90,3%	91,5%
Rural	81,1%	83,0%

(2) Por pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Domicílios com dispositivo inteligente

2025

Total	Situação do domicílio	
20,2%	Urbana	21,2%
	Rural	11,5%

Finalidade do acesso à Internet 2025

Conversar por chamadas de voz ou vídeo	95,3%
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens (3)	90,2%
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	89,3%
Usar redes sociais	84,9%
Ouvir músicas, rádio ou podcast	83,7%
Acessar banco(s) ou outras instituições financeiras	74,2%
Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet	69,0%
Enviar ou receber e-mails	61,2%
Comprar ou encomendar bens ou serviços	52,7%
Usar algum serviço público	41,1%
Jogar (pelo videogame, celular, computador etc.)	29,8%
Vender ou anunciar bens ou serviços	11,6%

(3) Por aplicativos diferentes de e-mail.

¹ Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento de Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?&t=notas-tecnicas>.

Domicílios particulares permanentes

Existência de televisão no domicílio

Em 2025, dos 80,0 milhões de domicílios particulares permanentes do País, em 93,9% havia televisão, proporção que ficou em 94,5% na área urbana e 89,1% na rural. As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as maiores proporções de domicílios com televisão (95,9% e 95,5%, respectivamente) e a Região Norte, a menor (87,9%).

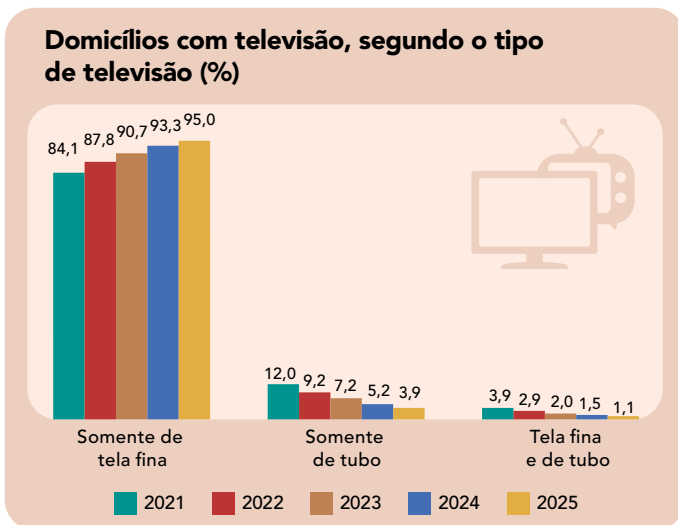
Em relação a 2024, houve acréscimo de 1,6 milhão de domicílios com televisão no Brasil, bem como em todas as Grandes Regiões. Contudo, em termos de proporção de domicílios, não houve alteração no País e as Regiões Nordeste e Norte registraram variação negativa de 0,1 e 0,2 ponto percentual (p.p.), respectivamente. Pela primeira vez na série histórica, o percentual de domicílios ficou estável em comparação ao ano anterior, visto que essa taxa apresenta queda desde o início da pesquisa sobre esse tema em 2016.

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios em que havia televisão foi de R\$ 2 325, valor 62,0% superior ao rendimento dos domicílios que não tinham televisão em 2025, que foi de R\$ 1 435. No ano de 2024, essa diferença foi de 59,1%.

Tipo de televisão

No País, de 2024 para 2025, houve aumento no número de domicílios com somente televisão de tela fina de 68,6 milhões para 71,4 milhões e retração no de domicílios com somente televisão de tubo de 3,8 milhões para 2,9 milhões. Essa tendência tem se manifestado desde 2016, início da série histórica da pesquisa.

Entre os domicílios com televisão, o percentual de domicílios com somente televisão de tela fina subiu de 93,3% para 95,0% entre 2024 e 2025; o daqueles com somente televisão de tubo caiu de 5,2% para 3,9%; e o daqueles com ambos os tipos de televisão teve uma redução de 1,5% para 1,1%. Esses movimentos ocorreram em todas as Grandes Regiões.



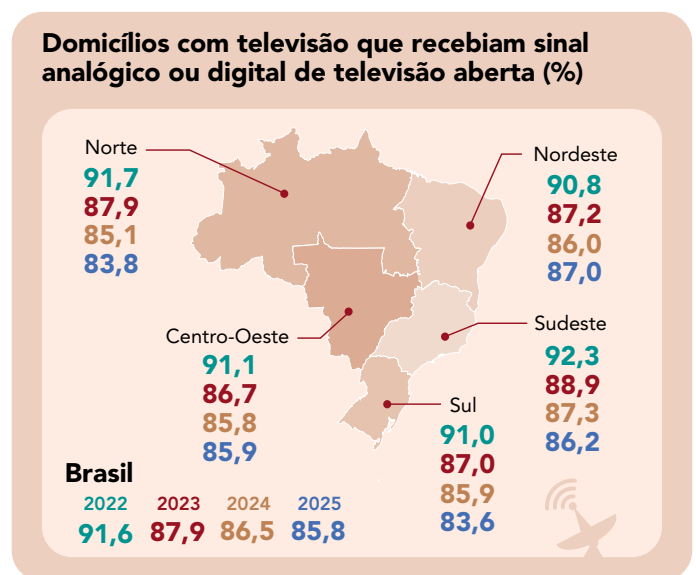
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2025.

Em 2025, os percentuais de domicílios que tinham somente televisão de tela fina foram maiores nas Regiões Centro-Oeste e Sul, ao passo que o percentual de domicílios com somente televisão de tubo foi maior na Região Nordeste.

O nível do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios em que havia televisão de tela fina foi mais elevado que o rendimento naqueles que tinham televisão de tubo. Essa diferença foi ainda mais acentuada entre os domicílios que possuíam somente um desses dois tipos de televisão. No País, esse rendimento nos domicílios com televisão de tubo (R\$ 1 212) representou 51,1% do rendimento nos que tinham televisão de tela fina (R\$ 2 371). Nos domicílios onde havia somente televisão de tubo (R\$ 1 005), o rendimento compreendia apenas 42,3% daqueles nos quais tinham somente televisão de tela fina (R\$ 2 377).

Recepção de sinal de televisão aberta

Em 2025, foram estimados 64,5 milhões de domicílios com recepção de sinal analógico ou digital de televisão aberta por meio de antena convencional², que compreendiam 85,8% dos domicílios com televisão do País. Isso representou uma queda de 0,7 p.p. em comparação a 2024, apesar do acréscimo de 907 mil domicílios. Na área urbana, esse percentual foi maior do que na área rural (86,5% contra 80,2%). A Região Nordeste apresentou o maior percentual (87,0%) dos domicílios com esse tipo de recepção de sinal pela primeira vez na série. Isso ocorre no momento que a Região Sudeste registrou queda nesse indicador pelo terceiro ano seguido e a Região Nordeste obteve aumento de 1,0 p.p. nessa taxa entre 2024 e 2025. Em todas as Grandes Regiões, tem-se registrado, primordialmente, quedas nessas taxas desde 2022, ainda que exista alguma estabilidade em relação ao número de domicílios com antena convencional.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2025.

² Acesso por meio de antena convencional, diferente de antenas parabólicas e de televisão por assinatura.

Antena parabólica

Em 2022, os quesitos sobre antena parabólica foram reformulados devido à instituição de política pública de substituição gradual da transmissão de sinal de TV aberta por meio de antenas parabólicas grandes, que podem causar interferência sobre o serviço móvel de quinta geração (5G), por mini parabólicas, que não causam interferência. Dessa forma, o questionário passou a investigar a existência dos dois tipos de antenas parabólicas.

Em dezembro de 2025, o Brasil passou a ter sinal 100% digital para as antenas parabólicas, encerrando a transmissão do sinal analógico. Como o questionário do módulo TIC é aplicado no decorrer do quarto trimestre, durante boa parte da coleta em campo, ainda existia sinal analógico de parabólica. A partir de 2026, os domicílios que possuem somente antena parabólica grande para recepção de sinal de televisão, não conseguirão ter acesso a esse serviço.

Nos domicílios com televisão, em 2025, o percentual dos que tinham antena parabólica (grande ou mini com sinal aberto) foi de 53,3% em área rural, 16,6% em área urbana e 20,5% para o País. A Região Sul (12,1%) apresentou o menor percentual desses domicílios, enquanto as Regiões Nordeste (36,7%) e Norte (27,9%) registraram os maiores. Mesmo com a migração das antenas parabólicas, o percentual e o total de domicílios com esse tipo de antena (seja analógica ou digital) vêm apresentando queda desde o início da série em 2022.

No Brasil, observa-se um crescimento da adoção de mini parabólicas digitais, saindo de 8,6% para 16,0% dos domicílios que possuíam televisão de 2022 até 2025. Nesse mesmo período, o número de domicílios com esse aparelho saiu de 5,8 milhões para 12,0 milhões. No quarto trimestre de 2025, ainda havia 4,2 milhões de domicílios com parabólica grande, mas apenas 138 mil domicílios possuíam acesso a sinal de televisão somente por meio desse tipo de antena, ou seja, 0,2%. Apesar do número baixo, destaca-se que esses domicílios não possuem acesso a canais de televisão por meio de radiodifusão, como antena convencional, mini parabólica digital ou televisão por assinatura.

Domicílios com televisão, segundo a recepção de sinal de televisão por antena parabólica (%)

Recepção de sinal de televisão por antena parabólica	Domicílios com televisão (%)			
	2022	2023	2024	2025
Havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica	23,7	21,5	21,4	20,5
Havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica grande	16,1	12,4	7,7	5,6
Havia somente recepção de sinal de televisão por antena parabólica grande (em uso)	1,3	1,1	0,3	0,2
Havia recepção de sinal aberto de televisão por antena mini parabólica	8,3	10,2	14,8	16,0
Não havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica	76,3	78,5	78,6	79,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2025.

O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios com televisão que tinham antena parabólica (R\$ 1 625), seja a grande ou a mini com sinal aberto, foi 35,3% menor que o rendimento daqueles com televisão sem esse tipo de antena (R\$ 2 510). Para aqueles domicílios com acesso somente por meio da parabólica analógica, o rendimento médio foi de R\$ 1 366.

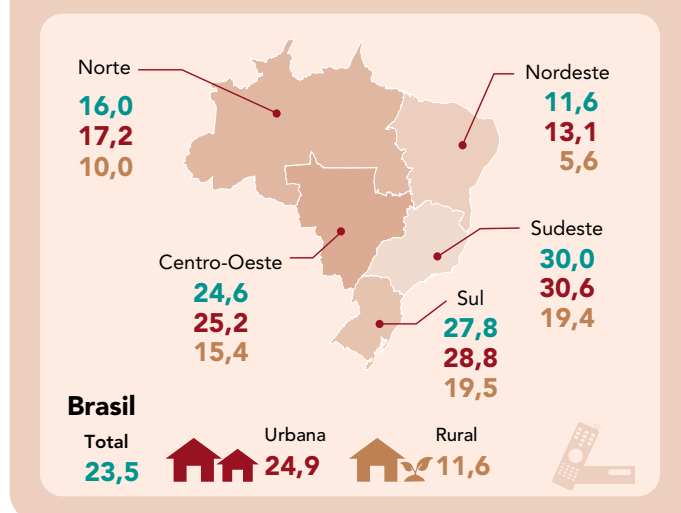
Serviço de televisão por assinatura

O serviço de televisão por assinatura dá acesso a um número variado de canais exclusivos, de acordo com o pacote contratado, além de fornecer conteúdo de televisão aberta. Ao contrário do observado no uso da recepção por antena parabólica, a parcela dos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura nas residências com televisor em área urbana tem sido maior do que em área rural. De 2016 até 2023, essa diferença apresentou uma redução considerável, entretanto, em 2024 e 2025, com as quedas mais acentuadas em domicílios rurais em comparação aos domicílios urbanos, a desigualdade voltou a subir: em 2016, a diferença foi de 25,3 p.p., caindo para 8,8 p.p. até 2023, mas subiu para 12,0 p.p. em 2024 e 13,3 p.p. em 2025.

Assim, em 2025, 17,7 milhões ou 23,5% dos domicílios com televisão no País tinham acesso a serviço de televisão por assinatura, proporção que foi de 24,9% em área urbana e de 11,6% em área rural. Entre 2024 e 2025, o percentual de domicílios com televisão por assinatura apresentou redução de 0,8 p.p. no Brasil, bem como queda de 0,7 p.p. nas áreas urbanas e de 2,0 p.p. nas rurais. Em números absolutos, a queda no País foi de 220 mil domicílios, enquanto em setores rurais foi de 156 mil e nos urbanos foi de 64 mil.

Em 2025, a Região Sudeste continuou detendo o maior percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura (30,0%) e a Região Nordeste permaneceu com o menor (11,6%). A Região Centro-Oeste foi a única a apresentar crescimento entre 2024 e 2025 (aumento de 2,0 p.p.) e somente 5,6% dos domicílios rurais da Região Nordeste possuíam televisão por assinatura.

Domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura, por situação do domicílio (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 3 746) foi mais que o dobro daqueles com televisão sem esse tipo de serviço (R\$ 1 871).

Motivo de não haver serviço de televisão por assinatura

Nos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, em 2025, 26,1% não o adquiriam por considerá-lo caro e 62,2% por não haver interesse pelo serviço. Em conjunto, esses dois foram os principais motivos mais indicados, abrangendo 88,3% desses domicílios. Aqueles que não tinham o serviço de televisão por assinatura porque os vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam esse serviço representavam 10,0%, enquanto os que não o possuíam por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, somavam somente 0,9%.

Nas Grandes Regiões, os dois motivos mais indicados para não adquirir o serviço de televisão por assinatura foram os mesmos do País. Para os domicílios que não tinham esse serviço por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, o resultado da Região Norte (1,6%), ainda que pequeno, foi destaque em relação às demais, que variaram de 0,7% a 1,0%. Apesar de a Região Centro-Oeste ter sido a única a apresentar crescimento desse serviço no último ano, esta possuía o maior percentual relacionado à falta de interesse em televisão por assinatura, 67,6%, mais de 2/3 dos domicílios sem acesso ao serviço.

Distribuição dos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, segundo o motivo de não haver acesso (%)

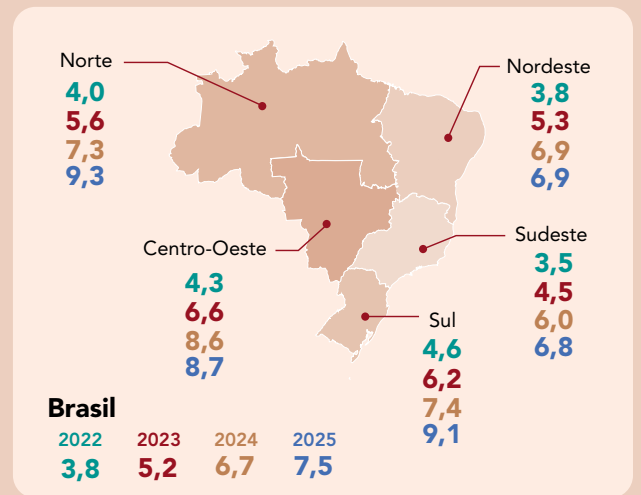
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Não havia interesse pelo serviço	62,2	62,3	60,9	61,2	64,8	67,6
Serviço era caro	26,1	25,4	28,3	26,6	22,7	21,9
Vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam o serviço	10,0	10,3	9,5	10,3	10,8	9,4
Serviço não estava disponível na área do domicílio	0,9	1,6	0,7	0,8	1,0	0,7
Outro motivo	0,8	0,4	0,6	1,1	0,7	0,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

Domicílios com televisão e sem recepção de sinal aberto e fechado

Com a queda de indicadores de domicílios com recepção de sinal aberto por meio de antena convencional ou parabólica (digital ou analógica), bem como a redução de acesso a serviço de televisão por assinatura, destaca-se o aumento do número de domicílios com televisão e sem acesso a todos esses serviços (2,7 milhões em 2022; 3,8 milhões em 2023; 4,9 milhões em 2024; e 5,6 milhões em 2025). Esse percentual foi de 6,7%, em 2024, e de 7,5%, em 2025. Os domicílios rurais apresentaram percentuais mais elevados (8,6%) em comparação aos urbanos (7,3%), com aumentos consistentes em ambos os setores desde 2022. A Grande Região com maior percentual de domicílios sem acesso a canais de televisão foi a Norte (9,3%) seguida pela Sul (9,1%).

Domicílios sem recepção de sinal de televisão aberta ou fechada (%)

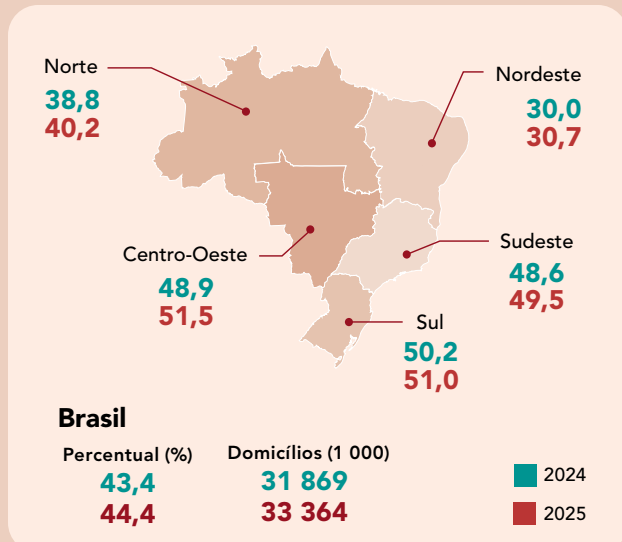


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2025.

Serviço pago de streaming de vídeo

Em 2025, 33,4 milhões de domicílios possuíam acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo, aumento de 1,5 milhão em comparação a 2024, ou seja, acréscimo de 4,7%. O percentual de domicílios com televisão e que possuíam acesso a esse tipo de serviço subiu de 43,4% (2024) para 44,4% (2025). Todas as Grandes Regiões apresentaram crescimento dessa taxa no período, com destaque para a Centro-Oeste que subiu 2,6 p.p. e passou a apresentar o maior percentual de todas as Regiões com 51,5%. As Regiões Sul (51,0%) e Sudeste (49,5%) também registraram percentuais elevados. Por outro lado, a Região Nordeste apresentou a menor variação (0,7 p.p.) e a menor taxa (30,7%), ficando mais distante das demais em 2025. Destaca-se também que 48,8% dos domicílios com esse tipo de serviço ficam na Região Sudeste.

Domicílios com televisão, por acesso a serviço pago de streaming de vídeo (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024-2025.

Nota: Para os domicílios que não tinham acesso à Internet, foi considerado que não havia serviço pago de streaming de vídeo.

Dentre os domicílios que tinham acesso a serviço pago de streaming de vídeo, 91,0% também possuíam acesso a canais de televisão: 85,7% por meio de sinal de televisão aberta e 38,9% por meio de serviço de televisão por assinatura. Todos esses percentuais caíram levemente entre 2024 e 2025. Por outro lado, 9,0% dos que tinham acesso a streaming pago de vídeo não possuíam acesso à televisão aberta ou a serviço de televisão por assinatura, percentual esse de 8,2% em 2024. Em termos absolutos, essa expansão foi de aproximadamente 400 mil domicílios entre 2024 e 2025. Em maior intensidade, o número de domicílios com serviço pago de streaming de vídeo que tinham acesso a canais de televisão, aberta ou fechada, foi ampliado em mais de 1 milhão de domicílios nesse mesmo período.

O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que tinham acesso a serviço pago de streaming de vídeo foi de R\$ 3 072, representando mais que o dobro daqueles que não possuíam acesso a esse serviço, R\$ 1 454. Para os domicílios com acesso pago a streaming de vídeo, bem como a canais fechados de televisão, o rendimento médio foi de R\$ 4 241.

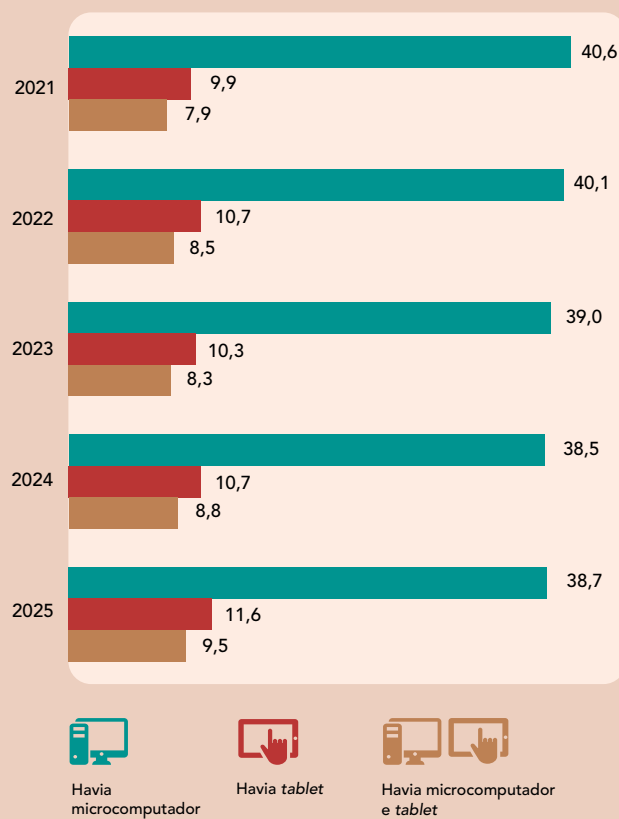
Existência de microcomputador ou tablet no domicílio

Os resultados de 2025, pela primeira vez na série histórica iniciada em 2016, indicam possível fim do declínio no percentual de domicílios com microcomputador no Brasil. No total de domicílios, aqueles em que havia microcomputador representavam 38,5%, em 2024, e 38,7%, em 2025. Em números absolutos, a quantidade de domicílios com computador caiu de 2016 até 2019, mas desde en-

tão está apresentando crescimento e registrou, em 2025, o maior quantitativo da série com 31,0 milhões de domicílios.

A existência de tablet é menos comum nos domicílios que a de microcomputador. Nos domicílios do País, de 2024 para 2025, o percentual daqueles em que havia tablet voltou a crescer, passando de 10,7% para 11,6% e chegando a 9,3 milhões de domicílios, maior número desde 2018. Com o aumento de domicílios com esses equipamentos, percebe-se também o crescimento de domicílios com computador e tablet, chegando a 9,5% ou 7,6 milhões em 2025.

Domicílios com microcomputador ou tablet (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2025.

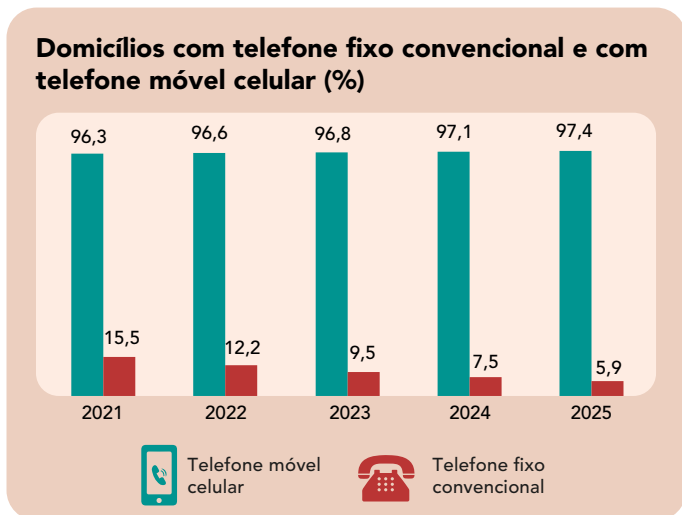
O microcomputador é um equipamento mais caro que o tablet e a grande maioria dos domicílios em que havia tablet também tinha microcomputador. Esses fatos são relevantes no entendimento dos níveis do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* em função da existência desses equipamentos nos domicílios.

No País, em 2025, esse rendimento foi de R\$ 1 350 para os domicílios que não tinham microcomputador nem tablet; e de R\$ 3 494 para os que possuíam pelo menos um deles. O rendimento médio nos domicílios que contavam somente com tablet (R\$ 1 799) foi menor do que naqueles em que havia somente microcomputador (R\$ 3 015) e alcançou R\$ 5 298 nos domicílios que possuíam ambos os equipamentos.

Existência de telefone no domicílio

Em 2025, não havia telefone (fixo ou móvel) em 2,3% dos domicílios particulares permanentes (1,9 milhão) do País, queda de 0,3 p.p. em comparação a 2024. A ausência de telefone manteve-se mais elevada nos domicílios nas Regiões Nordeste (4,3%) e Norte (2,7%), enquanto nas demais Regiões, esse percentual variou de 1,0% a 1,6%.

Considerando o tipo de telefone, em 2025, havia telefone fixo convencional em 5,9% dos domicílios do País e esse percentual (bem como o quantitativo) tem apresentado declínio desde 2016 (32,6%). A parcela dos domicílios que tinham telefone móvel celular, por outro lado, apresenta aumento desde 2016, chegando, em 2025, ao maior percentual (97,4%) e número de domicílios (77,9 milhões) da série histórica.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2025.

Os domicílios da área rural tinham percentual menor, se comparados àqueles da área urbana, tanto de telefone móvel celular (93,2% frente a 97,9%) quanto de telefone fixo convencional (1,8% contra 6,4%).

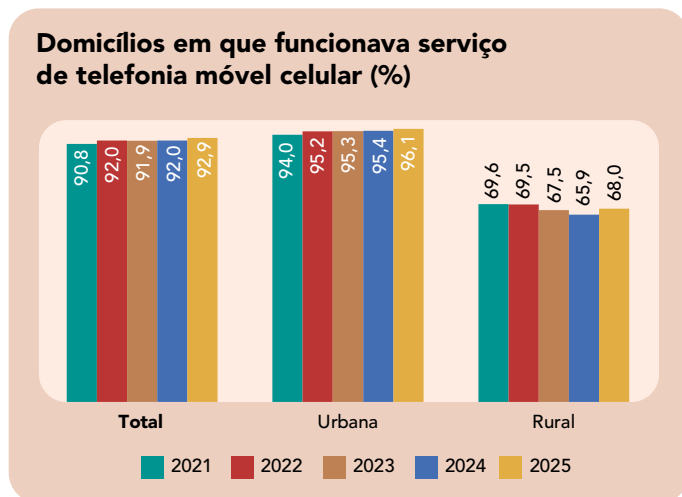
A presença de telefone móvel celular é mais universalizada entre as Grandes Regiões, variando de 95,6% dos domicílios da Região Nordeste a 98,9% dos domicílios da Região Centro-Oeste. Por outro lado, a presença de telefone fixo convencional mostrou maiores diferenças regionais: a Região Sudeste tinha o maior percentual de domicílios com telefone fixo convencional (8,9%), ao passo que esse percentual foi de apenas 2,1% e 2,0% nas Regiões Norte e Nordeste, respectivamente. Em todas as Grandes Regiões, o percentual de domicílios com telefone celular subiu enquanto o de telefone fixo caiu.

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* da parcela de domicílios em que não havia telefone ficou muito abaixo daquele nos domicílios que tinham telefone. No País, em 2025, o rendimento médio nos domicílios que não tinham telefone (R\$ 1 289) representou 56,2% do rendimento nos que possuíam telefone (R\$ 2 293). Nos domicílios em que havia telefone fixo convencional o rendimento médio foi de R\$ 4 093, enquanto naqueles com telefone móvel celular, de R\$ 2 293.

Funcionamento de serviço de rede móvel celular no domicílio

Desde 2016, ano após ano, observou-se um aumento no número de domicílios em que foi informado que o serviço de rede móvel celular ali funcionava, para Internet ou para telefonia. Entretanto, entre 2022 e 2024, o percentual de domicílios nessa condição apresentou alguma estabilidade e voltou a subir 0,9 p.p. em 2025. No total de domicílios do País, o percentual daqueles em que o serviço de rede móvel celular funcionava, para Internet ou para telefonia, foi de 92,9%, no total; 96,1%, em área urbana; e 68,0%, em área rural.

Considerando a situação do domicílio, entre 2024 e 2025, houve expansão no percentual daqueles onde funcionava o serviço de rede móvel. Apesar disso, existem dois pontos importantes e que merecem destaque na comparação entre setores urbanos e rurais. O primeiro trata-se da diferença das taxas entre rural e urbano, que continuou elevada no último ano (28,1 p.p.). Outro destaque é a queda recente desses percentuais em domicílios rurais, que voltou a subir em 2025, mas ainda não atingiu a taxa mais elevada de 2021. Por outro lado, em domicílios urbanos, a taxa bateu recorde em 2025.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2025.

Existência de rádio no domicílio

Cerca de 37,5 milhões ou 46,9% dos domicílios possuíam rádio³ em 2025, indicando queda de aproximadamente 500 mil domicílios (1,7 p.p.) em relação ao ano anterior. O maior percentual foi registrado na Região Sul, com 56,0%, única Região que apresentou uma taxa acima de 50%. Entre 2023 e 2025, somente a Região Centro-Oeste aumentou essa proporção de domicílios. No setor rural, 52,0% dos domicílios possuíam rádio, percentual superior ao do setor urbano, com 46,2%.

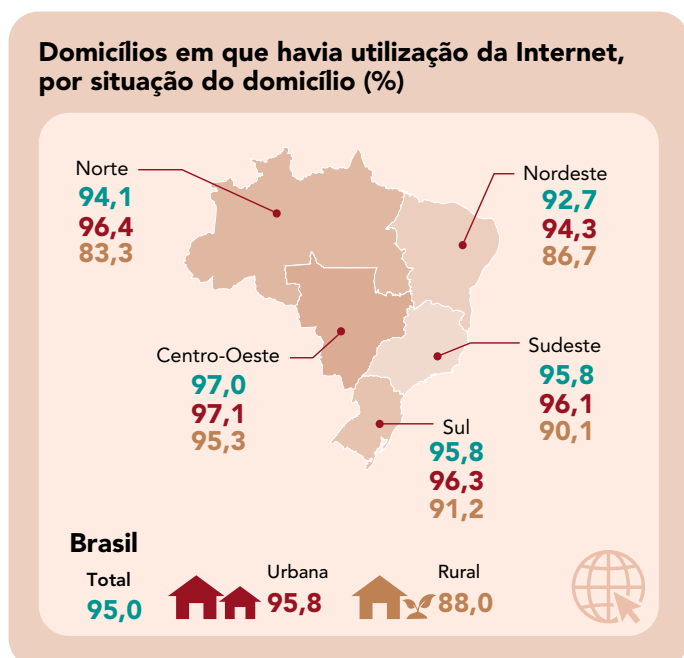
O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que possuíam rádio foi de R\$ 2 399 em 2025, valor levemente superior ao dos domicílios sem esse equipamento, R\$ 2 177.

³ O quesito sobre rádio da PNAD Contínua considera os domicílios que possuem algum aparelho de rádio, podendo, ou não, estar associado a outro equipamento.

Utilização da Internet no domicílio

A Internet era utilizada em 95,0% dos domicílios particulares permanentes (76,0 milhões) do País, em 2025, um aumento de 1,3 p.p. ou 2,7 milhões de domicílios em relação a 2024. Sob o aspecto da situação do domicílio, esse aumento tem sido mais acelerado nas áreas rurais, contribuindo para uma considerável redução da diferença em relação aos da área urbana: em 2016, essa desigualdade foi de 41,5 p.p. e tem caído ano após ano até chegar em 7,8 p.p. no ano de 2025.

Esse crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões, sobretudo na Norte que apresentou o maior aumento (1,9 p.p.) entre 2024 e 2025. Enquanto isso, a Região Nordeste registrou a taxa mais baixa (92,7%), enquanto a Centro-Oeste apresentou a maior (97,0%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

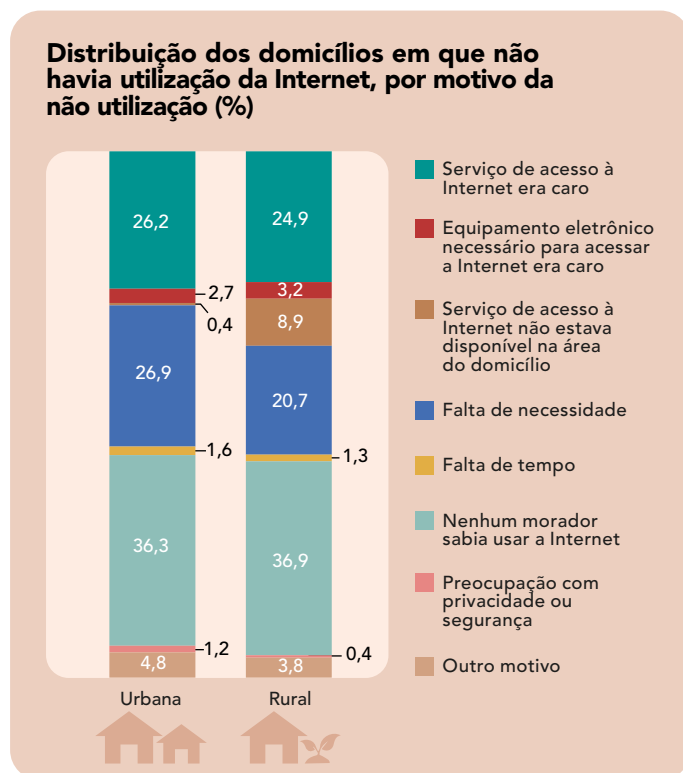
No País, o rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios em que havia utilização da Internet (R\$ 2 312) foi 75,7% maior do que o rendimento nos que não a utilizavam (R\$ 1 316).

Motivo da não utilização da Internet no domicílio

Em 2025, nos 4,0 milhões de domicílios do País em que não havia utilização da Internet, os três motivos que mais se destacaram representavam, em conjunto, 87,6%. Esses três motivos foram: nenhum morador sabia usar a Internet (36,5%), serviço de acesso à Internet era caro (25,9%) e falta de necessidade em acessar a Internet (25,2%). O motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio abrangeu 2,6% das residências em que não havia utilização da Internet e o motivo de o equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet ser caro, 2,8%. Por fim, falta de tempo (1,5%) e preocupação com privacidade ou segurança (1,0%) foram os motivos menos declarados nas entrevistas.

Em área urbana e rural, os três motivos que mais se destacaram foram os mesmos do total e concentravam, respectivamente, 89,4%

e 82,5% dos domicílios em que não havia utilização da Internet. Entretanto, na área rural, além dos três motivos mais alegados, destacou-se a falta de disponibilidade do serviço de acesso à Internet na área do domicílio, que representou 8,9%, apesar dessa alegação estar em queda há bastante tempo. Em contraste, esse percentual foi de 0,4% nas áreas urbanas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

Dentre os domicílios em que não havia utilização de Internet, percebe-se que o rendimento médio mensal real *per capita* era bem menor quando a justificativa de não ter esse serviço era em relação ao custo da Internet (R\$ 911), ao custo do equipamento necessário (R\$ 909) ou, até mesmo, da indisponibilidade na área do domicílio (R\$ 967). Por outro lado, os maiores rendimentos foram observados naqueles domicílios em que o principal motivo alegado foi a falta de tempo (R\$ 2 124) e a preocupação com privacidade ou segurança (R\$ 1 719).

Tipo de conexão à Internet no domicílio

O uso de banda larga continua se expandindo no Brasil. Em 2025, ambos os tipos de conexão por banda larga (fixa e móvel) mostraram crescimento nos domicílios, com destaque para a banda larga fixa, que estava presente em 89,2% dos domicílios do País em que havia utilização da Internet. Para a banda larga móvel, por outro lado, esse percentual foi de 85,9%.

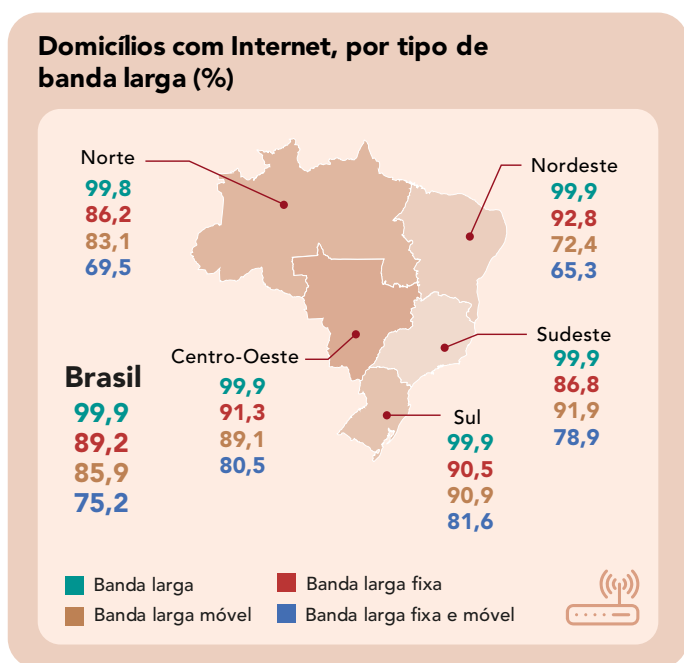
A análise regional mostrou que, em 2025, o percentual de domicílios na Região Norte em que a banda larga fixa era utilizada (86,2%), apesar de ter apresentado o maior crescimento no último ano, ainda continua abaixo dos resultados alcançados nas demais Regiões. Outro destaque foi a Região Nordeste, que manteve a po-

sição de maior adoção de banda larga fixa nos domicílios (92,8%). A Região Sul foi a única a apresentar queda (0,2 p.p.) no uso de banda larga fixa no último ano.

No que concerne ao percentual dos domicílios em que havia uso da banda larga móvel, o menor percentual foi registrado na Região Nordeste (72,4%), enquanto as demais Regiões apresentaram taxas superiores a 80%, chegando a 91,9% na Região Sudeste. Todas as Regiões registraram crescimento de banda larga móvel entre 2024 e 2025.

Cabe ainda salientar que a diferença entre o percentual de domicílios que utilizavam banda larga fixa e o referente à banda larga móvel na Região Nordeste (20,4 p.p.) foi substancialmente maior que nas demais Regiões em 2025. Além disso, a presença da banda larga móvel superava a fixa apenas nas Regiões Sudeste e Sul.

Em 2025, nos domicílios em que havia utilização da Internet, a parcela que dispunha de conexão discada foi de apenas 0,2% no Brasil.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

Desde o início da série, observa-se o crescimento no percentual de domicílios com Internet em que eram utilizados os dois tipos de banda larga (fixa e móvel), ao passo que tem ocorrido retração nos domicílios que utilizavam somente um dos tipos. Nesse período de 2016 a 2025, o percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa e móvel subiu de 48,8% para 75,2%, enquanto o percentual dos domicílios em que era utilizada somente a conexão por banda larga móvel passou de 27,1% para 10,0% e naqueles em que havia somente o uso de conexão por banda larga fixa, diminuiu de 21,0% para 13,1%.

Existência de dispositivo inteligente

No País, dos 76,0 milhões de domicílios onde havia utilização de Internet, 15,4 milhões (20,2%) possuíam algum tipo de dispositivo inteligente⁴, um aumento de 2,1 milhões de domicílios (ou 2,2 p.p.) entre 2024 e 2025. No início da série, em 2022, esse quantitativo era de 9,7 milhões (14,3%). Em setores rurais, o percentual foi consideravelmente inferior ao urbano, 11,5% contra 21,2%, apesar do maior crescimento no último ano para domicílios rurais (2,7 p.p.).

Em relação às Grandes Regiões, o menor percentual foi registrado na Região Nordeste (13,5%) e o maior, na Região Sul (27,9%). As Regiões Sudeste e Centro-Oeste também apresentaram números acima de 20%.

Domicílios com dispositivo inteligente, por situação do domicílio (%)

Situação do domicílio	Domicílios com dispositivo inteligente (%)			
	2022	2023	2024	2025
Total	14,3	16,0	18,0	20,2
Urbana	15,3	17,0	19,1	21,2
Rural	6,1	7,5	8,8	11,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2025.

Nota: Domicílios em que havia utilização da Internet.

Em 2025, o rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que possuíam algum tipo de dispositivo inteligente foi mais que o dobro do rendimento dos domicílios que não possuíam esse tipo de equipamento, R\$ 3 903 e R\$ 1 896, respectivamente.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade

A investigação da utilização pessoal da Internet, por qualquer meio e em qualquer local, abrangeu as pessoas de 10 anos ou mais de idade e focou na sua ocorrência em pelo menos algum momento no período de referência dos últimos três meses, que corresponde aos 90 dias que antecederam a data da entrevista no domicílio. A pesquisa também investigou a posse de telefone móvel celular para uso pessoal por parte desse grupo populacional.

Em relação ao uso da Internet, as informações captadas neste módulo da PNAD Contínua, associadas a diferentes características sociodemográficas da população, contribuem para identificar dis-

tintos perfis de usuários, além de evidenciar quais os grupos populacionais que predominam entre os excluídos digitais.

Utilização da Internet

Em 2025, na população estimada de 186,4 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade do País, 90,5% (168,7 milhões) utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses. No que se refere à situação do domicílio, o percentual de pessoas que viviam em áreas urbanas que utilizaram a Internet foi de 91,5%, ao passo que entre os moradores da área rural, a proporção foi de 83,0%.

⁴ Refere-se a dispositivos não comumente associados à Internet, mas que podem ser acessados por meio dela, como câmera, caixa de som, lâmpada, ar-condicionado, geladeira etc.

O percentual de usuários da Internet vem crescendo desde 2016, ano inicial da série, quando 66,0% da população de 10 anos ou mais de idade havia utilizado a Internet no período de referência, passando de 79,4%, em 2019, para 90,5%, em 2025, de forma a ultrapassar pela primeira vez o patamar de 90% de usuários, na média nacional. Em relação a 2024, quando 89,2% das pessoas de 10 anos ou mais de idade haviam utilizado a Internet, registrou-se 1,3 p.p. de variação. Embora a utilização da Internet seja menor entre os residentes em áreas rurais, observou-se, ao longo dos anos, uma forte expansão de seu uso nesse grupo populacional, reduzindo a diferença em relação à população urbana. Entre 2024 e 2025, o aumento do uso da Internet pela população rural foi de 1,9 p.p., enquanto houve uma variação de 1,2 p.p. nesse uso entre a população residente em áreas urbanas. Em relação a 2019, enquanto o percentual de usuários da Internet cresceu 8,0 p.p. nas áreas urbanas, a expansão foi de expressivos 28,5 p.p. entre os residentes de áreas rurais.

Em 2025, nas Grandes Regiões, verificou-se que a Centro-Oeste (93,6%) se manteve com a maior proporção de pessoas que utilizaram a Internet, ao passo que as Regiões Norte (89,7%) e Nordeste (88,5%) permaneceram com resultados inferiores aos alcançados nas demais. Entretanto, ao analisar o período de 2019 a 2024, verifica-se que as Regiões Norte e Nordeste apresentaram expressivo aumento desse indicador, com uma elevação do percentual de usuários da Internet de 19,9 p.p. e 18,7 p.p., respectivamente, crescimento substancialmente acima do verificado para as demais Regiões. Observa-se, portanto, uma tendência de redução das disparidades regionais quanto ao acesso à Internet ao longo da série histórica.

Em relação ao sexo, no País, 91,1% das mulheres utilizaram a Internet em 2025, um pouco acima do percentual apresentado pelos homens (89,9%). Analisando por nível de instrução, o grupo de pessoas sem instrução (50,1%) apresentava um percentual de uso da Internet bastante inferior ao dos demais grupos de escolaridade. Os maiores percentuais foram estimados para as pessoas com ensino superior incompleto (98,4%) e com superior completo (97,4%).

Por cor ou raça, observa-se que, em 2025, o percentual de pessoas declaradas brancas que utilizaram a Internet no período de referência foi de 91,3%, um pouco acima do estimado para aquelas de cor ou raça preta (90,0%) e parda (89,9%). Nota-se que o diferencial do acesso à Internet por cor ou raça vem se reduzindo progressivamente, ano a ano, ao longo da série. Em 2016, ano inicial da série, as diferenças eram mais expressivas, quando 72,5% das pessoas brancas, 63,7% das pretas e 60,2% das pardas haviam utilizado a Internet.

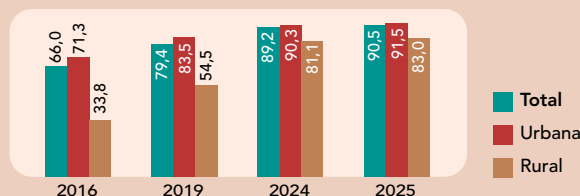
Por grupos de idade

Em 2025, o percentual de pessoas no grupo etário de 10 a 13 anos que utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses foi de 84,4%. Esse percentual cresceu sucessivamente nos grupos etários subsequentes e alcançou percentuais acima de 96% de usuários nos grupos etários que compreendem a população de 20 a 39 anos. Em seguida, a proporção de usuários declinou-se gradualmente até atingir 91,8% no grupo de 50 a 59 anos, caindo de forma mais acentuada entre os idosos (60 anos ou mais), com um percentual de usuários de 74,5%.

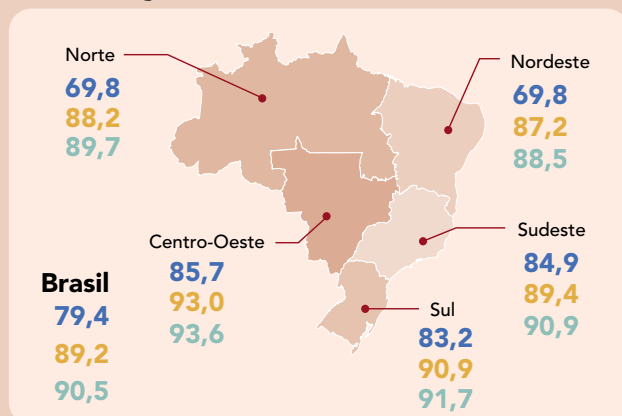
Pessoas que utilizaram a Internet (%)



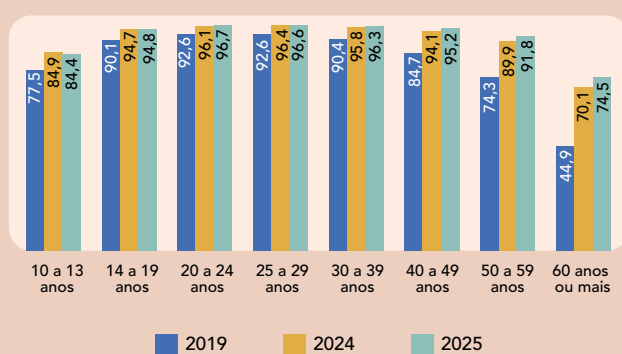
Situação do domicílio



Grandes Regiões



Grupos de idade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2025.

Ainda que o uso da Internet permaneça menor no grupo de pessoas de 60 anos ou mais de idade, observa-se uma acelerada expansão de usuários entre a população idosa, o que pode ter sido propiciado, entre outros fatores, pela evolução nas facilidades para o uso dessa tecnologia e na sua disseminação no cotidiano da sociedade. Nesse sentido, o aumento do percentual de pessoas que utilizaram a Internet, entre 2019 e 2025, foi bastante expressivo no grupo etário de 60 anos ou mais (expansão de 29,6 p.p.), seguido pelo grupo de 50 a 59 anos (aumento de 17,5 p.p.). Em relação a 2024, esses grupos também apresentaram as maiores expansões (4,4 p.p. e 1,9 p.p., respectivamente), seguidos pelo grupo de 40 a 49 anos (variação de 1,1 p.p.). Os grupos etários com idade inferior a 40 anos registraram pequenas oscilações do indicador comparado a 2024.

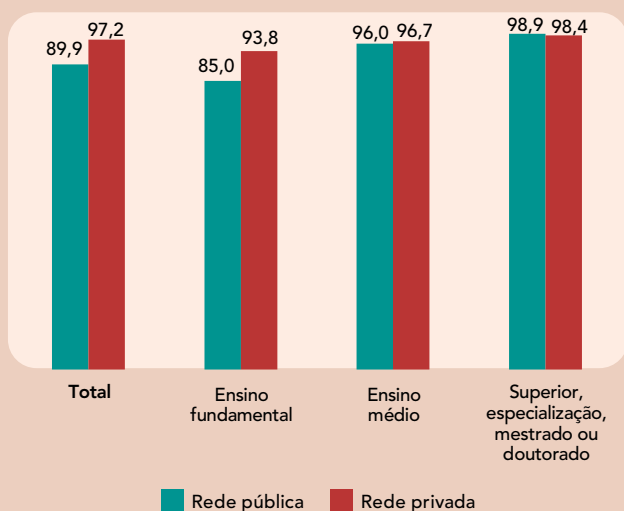
Por condição de estudante e rede de ensino

Em 2025, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses foi de 92,4% no grupo dos estudantes, o mesmo percentual registrado em 2024. Entre os não estudantes, esse percentual foi de 90,0%, com aumento de 1,6 p.p. comparado ao ano anterior.

Em relação à rede de ensino, observam-se importantes diferenças no uso da Internet por parte dos estudantes do País. Enquanto 97,2% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet, em 2025, esse percentual entre os estudantes da rede pública de ensino foi de 89,9%.

Ao comparar os estudantes de 10 anos ou mais de idade por rede de ensino, é importante considerar que a distribuição desses alunos por curso frequentado é bastante distinta entre as redes pública e privada⁵, o que pode contribuir para as diferenças nos indicadores de uso da Internet entre esses dois grupos. Assim, buscou-se avaliar se as diferenças de acesso à Internet permaneciam ao se comparar estudantes que frequentavam níveis de ensino similares. Considerando especificamente os estudantes do ensino fundamental, verificam-se diferenças importantes no acesso à Internet por rede de ensino: 93,8% dos estudantes da rede privada e 85,0% da pública utilizaram a Internet (diferença de 8,8 p.p.). No entanto, entre os estudantes do ensino médio, tal diferença cai para apenas 0,7 p.p., e, entre aqueles que cursavam o ensino superior ou pós-graduação⁶, observa-se que o acesso alcança valores próximos da universalidade desses estudantes, independentemente da rede de ensino (98,4% dos estudantes da rede privada e 98,9% da pública utilizaram a Internet).

Estudantes que utilizaram a Internet, por rede de ensino, segundo o curso frequentado (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

⁵ Conforme as estimativas da PNAD Contínua, em 2025, entre os estudantes de 10 anos ou mais de idade da rede privada, havia o predomínio daqueles que frequentavam o ensino superior ou pós-graduação (67,4%); ao passo que entre os estudantes da rede pública, a maior parte cursava o ensino fundamental (58,7%) ou médio (29,6%), e apenas 11,7% frequentavam o ensino superior ou pós-graduação.

⁶ Na pós-graduação, consideram-se os cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Frequência de utilização da Internet

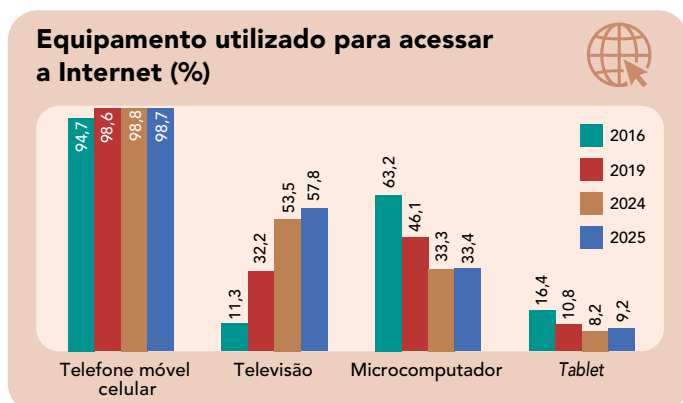
A PNAD Contínua passou a investigar, a partir de 2022, a frequência com que as pessoas normalmente utilizavam a Internet. Em 2025, entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses, 95,6% usavam de forma habitual todos os dias; 1,8% utilizavam quase todos os dias (cinco ou seis dias por semana); 2,1%, de uma a quatro vezes por semana; e apenas 0,5% utilizavam com uma frequência inferior a uma vez por semana. Observando o período de 2022 a 2025, nota-se pequena variação positiva, ano a ano, do percentual de pessoas que utilizavam a Internet diariamente, de forma habitual, passando de 93,4%, em 2022, até alcançar 95,6% no último ano.

Não se observou diferenças importantes na frequência de utilização da Internet por sexo. Por outro lado, a comparação por grupos etários revela algumas diferenças. Para o grupo mais jovem analisado, de 10 a 13 anos de idade, o uso da Internet todos os dias foi apontado por 92,5% dos usuários. Para os grupos etários seguintes, que compreendem as pessoas de 14 a 49 anos, foram registrados percentuais de no mínimo 97% de pessoas que afirmaram usar a Internet todos os dias, com os percentuais mais elevados estimados para os grupos de 20 a 24 anos (98,3%) e de 25 a 29 anos (98,2%). O menor percentual de pessoas que normalmente utilizavam a Internet todos os dias foi verificado entre a população idosa (89,2%), entretanto, ainda assim, a grande maioria das pessoas com 60 anos ou mais de idade que utilizavam a Internet, o faziam diariamente. Em relação a 2022, o primeiro ano em que tal informação foi investigada, para todos os grupos etários, observou-se variação positiva do percentual de pessoas que utilizavam a Internet diariamente, com destaque para a população de 60 anos ou mais (variação de 4,8 p.p.).

Equipamento utilizado para acessar a Internet

Em 2025, o meio de acesso indicado pelo maior número de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet foi, destacadamente, o telefone móvel celular (98,7%), seguido, em menor medida, pela televisão (57,8%), pelo microcomputador (33,4%) e pelo *tablet* (9,2%). Entre 2024 e 2025, houve aumento de pessoas que utilizaram a televisão e o *tablet* para acessar a Internet (4,3 p.p. e 1,0 p.p., respectivamente), ao passo que o uso do telefone celular e do microcomputador se manteve praticamente estável.

Analisando a série histórica da pesquisa, observa-se que, entre 2016 e 2024, houve uma tendência de queda da proporção de pessoas que usaram microcomputador para acessar a Internet. Tal acesso declinou de 63,2%, em 2016, para 46,1%, em 2019, até atingir o menor valor da série, em 2024, 33,3%. No entanto, observa-se que desde 2023 o ritmo de queda anual do percentual de usuários de microcomputador se atenuou, sendo que em 2025 (33,4%) tal indicador manteve-se próximo da estabilidade, sinalizando uma interrupção dessa tendência de queda. O percentual de pessoas que acessaram a Internet pela televisão, por outro lado, progrediu continuamente nesse mesmo período: de 11,3%, em 2016, para 32,2%, em 2019, até alcançar, em 2025, 57,8% dos usuários da rede. O uso do *tablet*, por sua vez, apresentou uma tendência de queda entre 2016 e 2022 (16,4% para 7,5%), manteve-se estável em 2023 (7,5%), e apresentou uma pequena variação positiva em 2024 (8,2%), seguida de nova elevação em 2025 (9,2%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2025.

Finalidade do acesso à Internet

A PNAD Contínua pesquisa diversas finalidades do acesso à Internet, tendo ampliado essa investigação a partir de 2022, com a adição de novos itens⁷. Essas informações contribuem para compreender a evolução dos hábitos de uso da Internet e da demanda por determinados tipos de serviços e aplicativos, além de permitir identificar diferenças na utilização da Internet entre distintos grupos populacionais.

O percentual de pessoas que acessaram a Internet para conversar por chamadas de voz ou vídeo manteve-se como a finalidade mais informada, alcançando 95,3% dos usuários em 2025. Essa proporção registrou pequena oscilação (0,3 p.p.) em relação ao ano anterior e apresentou expansão de 3,9 p.p. em relação a 2019. Em 2016, ano inicial da série, 73,4% dos usuários da Internet afirmaram terem utilizado a rede para esse fim, o que representa uma expressiva expansão de 21,9 p.p. no acumulado do período. A segunda finalidade mais relatada de utilização da Internet foi enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de *e-mail* (90,2%), mantendo-se próxima da estabilidade em relação a 2024 (90,1%). Ainda que bastante frequente, essa utilização apresentou queda de 5,6 p.p. em relação a 2019 (95,8%), quando ainda era a finalidade mais comumente relatada.

Outras finalidades de uso apontadas por mais da metade dos usuários da Internet no período de referência foram: assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (89,3%); usar redes sociais (84,9%); ouvir músicas, rádio ou *podcast* (83,7%); acessar bancos ou outras instituições financeiras (74,2%); ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet (69,0%); e enviar ou receber *e-mails* (61,2%). Além dessas finalidades, observou-se que pela primeira vez na série mais da metade dos usuários relataram realizar compras ou encomendar bens ou serviços pela Internet (52,7%).

Dentre as finalidades listadas acima, destaca-se a expansão, em relação ao ano anterior, do uso da Internet para comprar ou encomendar bens ou serviços (4,8 p.p.) e para acessar bancos ou outras instituições financeiras (3,2 p.p.). Ademais, ambas acumu-

laram um crescimento importante em relação a 2022, de 10,9 p.p. e 14,4 p.p., respectivamente.

A atividade de enviar ou receber *e-mails* (correio eletrônico), pesquisada desde o início da série, apresentou uma tendência de queda entre 2016 e 2022, quando variou de 69,1% para 59,2%. No entanto, essa tendência foi interrompida em 2023, quando registrou aumento de 1,1 p.p. de pessoas que relataram ter enviado ou recebido *e-mail*, seguido por pequenas oscilações positivas nos dois anos subsequentes. Assim, no período de 2022 a 2025, houve aumento de 2,0 p.p. na proporção de usuários da Internet que relataram ter enviado ou recebido *e-mails*.

As demais atividades realizadas por meio da Internet, dentre as investigadas na pesquisa, foram citadas em menor proporção, abrangendo menos da metade dos usuários: usar algum serviço público (41,1%); jogar (29,8%); e vender ou anunciar bens ou serviços (11,6%). Dessas finalidades, as atividades de jogar (pelo videogame, celular, microcomputador etc.) e vender ou anunciar bens ou serviços apresentaram pequena queda em relação ao ano anterior (-0,5 p.p. e -0,6 p.p., respectivamente). Em contrapartida, a atividade de usar algum serviço público apresentou aumento de 2,5 p.p. comparado a 2024, ao passo que em relação a 2022 a expansão acumulada foi de 7,9 p.p. (de 33,2% para 41,1%).

Pessoas que utilizaram a Internet, segundo a finalidade do acesso (%)

Finalidade do acesso à Internet	Pessoas que utilizaram a Internet (%)				
	2016 (1)	2019 (1)	2022	2024	2025
Enviar ou receber <i>e-mails</i> (correio eletrônico)	69,1	61,7	59,2	60,6	61,2
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de <i>e-mail</i>	94,3	95,8	91,9	90,1	90,2
Conversar por chamadas de voz ou vídeo	73,4	91,4	94,3	95,0	95,3
Usar redes sociais	-	-	83,6	84,2	84,9
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	76,6	88,9	88,3	88,5	89,3
Ouvir músicas, rádio ou <i>podcast</i>	-	-	82,4	83,5	83,7
Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet	-	-	72,2	68,8	69,0
Jogar (pelo videogame, celular, computador etc.)	-	-	32,4	30,3	29,8
Comprar ou encomendar bens ou serviços	-	-	41,8	47,9	52,7
Vender ou anunciar bens ou serviços	-	-	12,0	12,2	11,6
Usar algum serviço público	-	-	33,2	38,6	41,1
Acessar banco(s) ou outras instituições financeiras	-	-	59,8	71,0	74,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2025.

(1) De 2016 a 2021, as finalidades de acesso à Internet, pesquisadas no módulo TIC da PNAD Contínua, incluíam somente as atividades: enviar ou receber *e-mails* (correio eletrônico); enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de *e-mail*; conversar por chamadas de voz ou vídeo; e assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes. As demais finalidades passaram a ser investigadas a partir de 2022.

⁷ São eles: usar redes sociais; ouvir músicas, rádio ou *podcast*; ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet; jogar (pelo videogame, celular, microcomputador etc.); comprar ou encomendar bens ou serviços; vender ou anunciar bens ou serviços; usar algum serviço público (por exemplo, emitir documentos pela Internet, preencher e enviar formulários online ou pagar taxas e impostos pela Internet); e acessar bancos ou outras instituições financeiras para pagamento, transferência, consulta de saldo etc.

Ao comparar a finalidade de acesso à Internet por sexo, não se observou diferenças muito expressivas na utilização, exceto no que se refere ao hábito de jogar *online*, uma vez que 36,6% dos homens utilizaram a Internet nos últimos três meses para esse fim, enquanto entre as mulheres o percentual foi de 23,6%. O uso de redes sociais, por outro lado, foi um pouco mais frequente entre as mulheres (85,8%) em relação aos homens (83,8%), assim como a realização de compras ou encomendas de bens ou serviços pela Internet (53,8% e 51,5%, respectivamente).

Regionalmente, observa-se que em todas as Grandes Regiões a finalidade mais frequentemente apontada de uso da Internet foi conversar por chamadas de voz ou vídeo, cujo percentual, em todas, ficou próximo da média nacional (95,3%). No entanto, para alguns dos itens pesquisados nota-se diferenças regionais acentuadas, por exemplo, o envio ou recebimento de *e-mails*, a realização de compras ou encomendas de bens ou serviços pela Internet e o uso da rede para acessar serviços públicos. Em 2025, enquanto menos da metade dos usuários da Internet da Região Nordeste (49,1%) relataram ter enviado ou recebido *e-mails*, tal proporção alcançou 68,0% dos usuários nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Em relação a comprar ou encomendar bens ou serviços, o percentual variou de 35,0%, na Região Norte, a 61,6%, na Sudeste. O uso da Internet para acessar algum serviço público, que, no contexto nacional, tem apresentado expansão relevante, também se destacou pelas diferenças regionais. A Região Nordeste (30,6%) apresentou o menor percentual de usuários que relataram ter acessado algum serviço público pela rede, ao passo que a Região Centro-Oeste (48,1%) apresentou o maior percentual, seguida da Sudeste (46,0%).

Acesso gratuito à Internet em locais públicos

A PNAD Contínua investiga o acesso gratuito à Internet (Wi-Fi) em alguns locais públicos, tais como: estabelecimentos públicos de educação e bibliotecas públicas; estabelecimentos públicos de saúde; e praças e parques. Em 2025, 10,7% das pessoas que utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses

Pessoas que utilizaram a Internet, segundo a finalidade do acesso (%)

Finalidade do acesso à Internet	Pessoas que utilizaram a Internet (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Enviar ou receber <i>e-mails</i> (correio eletrônico)	52,7	49,1	68,0	63,6	68,0
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de <i>e-mail</i>	88,1	89,0	91,2	90,1	91,3
Conversar por chamadas de voz ou vídeo	94,5	95,5	95,3	95,1	96,1
Usar redes sociais	85,6	83,5	84,6	86,3	86,8
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	88,5	88,3	89,6	89,7	90,7
Ouvir músicas, rádio ou <i>podcast</i>	81,3	82,0	84,7	84,0	85,3
Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet	63,4	62,4	71,9	72,7	73,6
Jogar (pelo videogame, celular, computador etc.)	25,6	24,8	32,8	31,7	31,5
Comprar ou encomendar bens ou serviços	35,0	40,5	61,6	57,1	54,9
Vender ou anunciar bens ou serviços	11,9	8,2	12,4	13,9	14,0
Usar algum serviço público	37,0	30,6	46,0	44,1	48,1
Acessar banco(s) ou outras instituições financeiras	74,5	66,6	76,9	76,6	79,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

afirmaram ter acessado o serviço gratuitamente em estabelecimentos públicos de educação (como escolas e universidades) e bibliotecas públicas. Em relação a 2024 (10,7%), observa-se estabilidade desse indicador, ao passo que comparado a 2022 (9,0%), houve pequena elevação. A utilização gratuita em estabelecimentos públicos de saúde (como postos de saúde e hospitais) foi apontada por 8,8% dos usuários, apresentando um aumento em relação aos anos anteriores (5,2%, em 2022, e 7,1%, em 2024). Esse acesso em praças e parques públicos, em 2025, foi de 7,6%, apresentando pequena oscilação ante a 2024 (7,1%), e um aumento de 2,0 p.p. na comparação com 2022 (5,6%).

Entre os estudantes que utilizaram a Internet no período de referência, a proporção daqueles que acessaram gratuitamente em estabelecimentos públicos de educação e bibliotecas públicas foi de 28,6% em 2025, 1,2 p.p. inferior ao observado em 2024 (29,8%). Considerando especificamente os estudantes da rede pública, estimou-se que um pouco menos de 1/3 (32,2%) daqueles

que utilizaram a Internet no período de referência acessaram o serviço de forma gratuita em escolas, universidades ou bibliotecas públicas, enquanto, em 2024, esse percentual era de 34,4%. Assim, no último ano, houve uma queda de 2,2 p.p. do percentual de estudantes de escolas públicas que acessavam a Internet gratuitamente em escolas, universidades ou bibliotecas públicas, interrompendo uma trajetória de crescimento observada entre 2022 e 2024. Analisando por curso frequentado, entre os estudantes da rede pública que utilizaram a Internet, 24,2% dos estudantes do ensino fundamental, 37,2% do ensino médio e 54,3% do ensino superior ou pós-graduação acessaram a Internet gratuitamente em escolas, universidades ou bibliotecas públicas em 2025. Houve, portanto, aumento em relação a 2024 apenas para os estudantes de ensino superior (variação de 1,8 p.p.), ao passo que para aqueles dos níveis de ensino fundamental e médio, foram registradas quedas de 3,4 p.p. e 2,3 p.p., respectivamente, no acesso à Internet em estabelecimentos públicos de ensino.

Motivo da não utilização da Internet

No País, em 2025, 9,5% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses, o que corresponde a 17,7 milhões de pessoas, o menor valor da série histórica. Em relação a 2024, quando 10,8% da população não acessou a Internet (20,0 milhões de pessoas), observa-se uma queda de 1,3 p.p. nessa proporção, ao passo que, ante a 2019 (20,6% ou 36,7 milhões), houve redução de 11,1 p.p. na fração da população que não acessou a Internet.

Estima-se que, em 2025, esse grupo era constituído por 73,6% de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, e que 51,5% eram idosos de 60 anos ou mais de idade. Para esse contingente, investigou-se o principal motivo de não terem acessado a Internet nesse período⁸. Os dois motivos mais apontados por essas pessoas foram não saber utilizar a Internet (44,9%) e a falta de necessidade (27,8%). Os motivos seguintes foram de razão econômica (serviço de acesso à Internet era caro, bem como equipamento eletrônico necessário era caro) e representaram, em conjunto, 9,0%. A preocupação com privacidade ou segurança foi apontada por 5,3% das pessoas e a falta de tempo, por 4,6%. Destaca-se que desde 2022, quando esse motivo passou a ser pesquisado, a preocupação com privacidade ou segurança aumentou, ano a ano, a sua participação como principal motivo de não utilização da Internet, variando 3,0 p.p. no acumulado do período. Essa elevação ocorreu principalmente entre os grupos etários mais jovens. Por outro lado, os motivos relacionados ao custo do serviço ou do equipamento têm perdido participação.

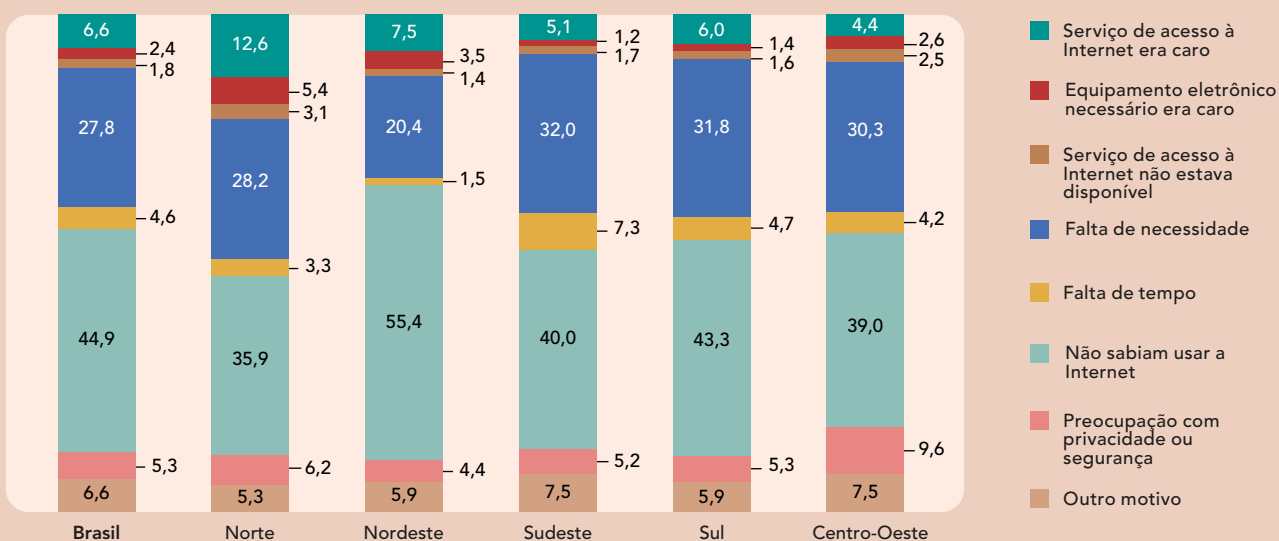
Dentre os motivos pesquisados, o motivo alegado com menor frequência foi a indisponibilidade do serviço de acesso à Internet

nos locais em que costumavam frequentar, relatado por 1,8% das pessoas que não acessaram a rede, enquanto 6,6% descreveram outros motivos.

O percentual de pessoas que não utilizaram a Internet tendo como principal motivo a indisponibilidade do serviço de acesso à Internet nos locais que costumavam frequentar era um pouco mais elevado na Região Norte (3,1%), variando, nas demais Grandes Regiões, entre 1,4% (Região Nordeste) e 2,5% (Região Centro-Oeste). Adicionalmente, esse motivo foi mais elevado em área rural (3,5%), se comparada à área urbana (1,3%), sendo que entre a população rural da Região Norte o percentual era ainda maior (6,9%).

Em todas as Grandes Regiões, o motivo apontado com maior frequência para a não utilização da Internet foi por não saber usar. Em relação a esse motivo, destaca-se a Região Nordeste, onde 55,4% das pessoas que não utilizaram a Internet relataram tal motivo como o principal. Nas demais Regiões, o percentual variou entre 35,9%, na Região Norte, e 43,3%, na Sul. Assim como registrado para o País, o motivo da falta de necessidade foi o segundo mais apontado em todas as Grandes Regiões. A Região Norte se destacou pela elevada participação de motivos de ordem financeira – serviço de acesso à Internet era caro e equipamento eletrônico necessário era caro –, que somaram 18,0%, enquanto na Região Sudeste apenas 6,3% das pessoas apontaram um desses dois motivos. A Região Centro-Oeste, por sua vez, se destacou em relação às demais quanto à preocupação com privacidade ou segurança, motivo apontado por 9,6% das pessoas que não utilizaram a Internet na Região, situando-se 4,3 p.p. acima da média nacional nesse motivo.

Distribuição das pessoas que não haviam utilizado a Internet, por motivo da não utilização (%)

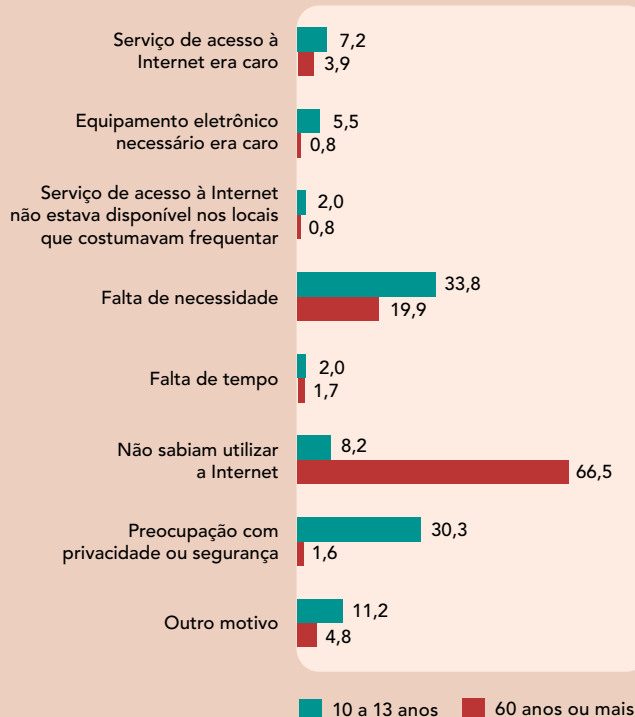


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

⁸ Em 2022, com a revisão do questionário do módulo TIC pessoas da PNAD Contínua, houve alterações das opções de respostas relativas ao principal motivo de não utilização da Internet no período de referência: excluiu-se a opção “falta de interesse em acessar a Internet” e incluíram-se as opções “falta de necessidade”, “falta de tempo” e “preocupação com privacidade ou segurança”.

Observam-se importantes diferenças entre os motivos alegados para a não utilização da Internet entre os grupos etários. Para a população de 60 anos ou mais, verificou-se que o principal motivo foi o de não saber utilizar a Internet (66,5%), seguido pela falta de necessidade (19,9%). Para as pessoas de 10 a 13 anos, que formam o segundo grupo etário mais numeroso entre as pessoas que não utilizaram a Internet, os motivos mais frequentes foram a falta de necessidade (33,8%) e a preocupação com privacidade ou segurança (30,3%), o que pode refletir um receio por parte dos pais ou responsáveis. Para os mais jovens, destacam-se também os motivos de natureza econômica, que somavam 12,7%: serviço de acesso à Internet era caro (7,2%) e equipamento eletrônico necessário era caro (5,5%).

Motivo por que as pessoas não utilizaram a Internet, por grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

Por cor ou raça, observa-se que, em 2025, tanto para a população branca quanto para as pessoas pretas e as pardas os motivos mais frequentes para a não utilização da Internet foram os mesmos registrados para o total da população de 10 anos ou mais, destacando-se, para esses três grupos populacionais, o motivo de não saber utilizar a Internet: percentuais de 44,5%, 48,7% e 44,5%, respectivamente. Entre a população branca, se comparada às pessoas de cor preta e parda, observa-se um percentual um pouco maior de pessoas que alegaram falta de necessidade (30,9% dos brancos, 25,0% dos pretos e 26,0% dos pardos) e uma proporção relativamente menor de pessoas que apontaram motivos de ordem financeira, tanto relacionados ao valor do serviço (percentuais de 4,5%, 7,6% e 8,1%, respectivamente) quanto ao custo do equipamento (1,2%, 2,8% e 3,3%, nessa ordem).

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2025, estima-se que 167,4 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham telefone móvel celular para uso pessoal no País, o que correspondia a 89,8% da população dessa faixa etária. Contudo, havia grande discrepância entre os percentuais conforme a situação do domicílio. Enquanto 91,1% das pessoas que viviam em área urbana possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, esse percentual foi de 79,3% entre as pessoas da área rural. Analisando por sexo, 90,8% das mulheres e 88,7% dos homens tinham telefone móvel celular para uso pessoal no Brasil. Por cor ou raça, verifica-se que 91,8% da população branca possuía telefone móvel celular, valor acima do estimado para as pessoas pretas (89,2%) e pardas (88,0%).

Observa-se uma contínua expansão da posse de telefone celular no período abrangido pela pesquisa, aumentando de 77,4% da população de 10 anos ou mais de idade, em 2016, para 81,3%, em 2019, até atingir 89,8%, em 2025, o maior valor da série. Nota-se uma oscilação de 0,9 p.p. em relação a 2024, quando o percentual de pessoas que tinham o aparelho foi de 88,9%. Nas áreas rurais, essa expansão foi ainda mais acentuada, passando de 54,6% de pessoas com aparelho celular, em 2016, para 60,0%, em 2019, até alcançar 79,3%, em 2025. Em relação ao ano anterior, a variação foi de 2,0 p.p., acima, portanto, do verificado para o total da população.

Em termos regionais, os menores percentuais, em 2025, permaneceram nas Regiões Norte (85,3%) e Nordeste (85,4%), ao passo que as demais Grandes Regiões apresentaram percentuais que variaram de 91,9% (Região Sudeste) a 92,9% (Centro-Oeste). No entanto, observa-se que as diferenças regionais quanto à posse de aparelho móvel celular para uso pessoal vêm diminuindo progressivamente ao longo da série.

Para as pessoas que possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, a PNAD Contínua investigou se o aparelho tinha acesso à Internet, sendo, atualmente, esse o equipamento mais utilizado para acessar a rede. Em 2025, 98,1% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que possuíam telefone móvel celular para uso pessoal no País tinham acesso à Internet por meio desse aparelho, ao passo que em 2024 o percentual foi de 97,5%. Em 2019, foram estimadas 91,7% de pessoas que possuíam acesso à Internet em seu aparelho celular, havendo um crescimento de 6,4 p.p. no período.

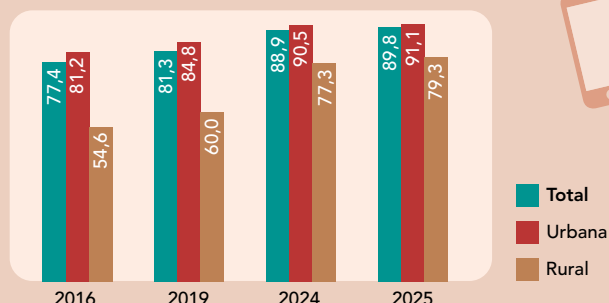
Por grupos de idade

No País, em 2025, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, em cada grupo etário, registrou o seu mínimo no grupo de 10 a 13 anos de idade (55,2%), elevando-se abruptamente entre as pessoas de 14 a 19 anos (88,5%). As maiores participações ocorreram nos grupos dos adultos jovens de 25 a 29 anos e de 30 a 39 anos, ambos com 97,2%. Nos grupos etários seguintes, o percentual declinou gradualmente até as pessoas de 50 a 59 anos (93,5%), terminando com queda mais acentuada entre os idosos de 60 anos ou mais (80,3%).

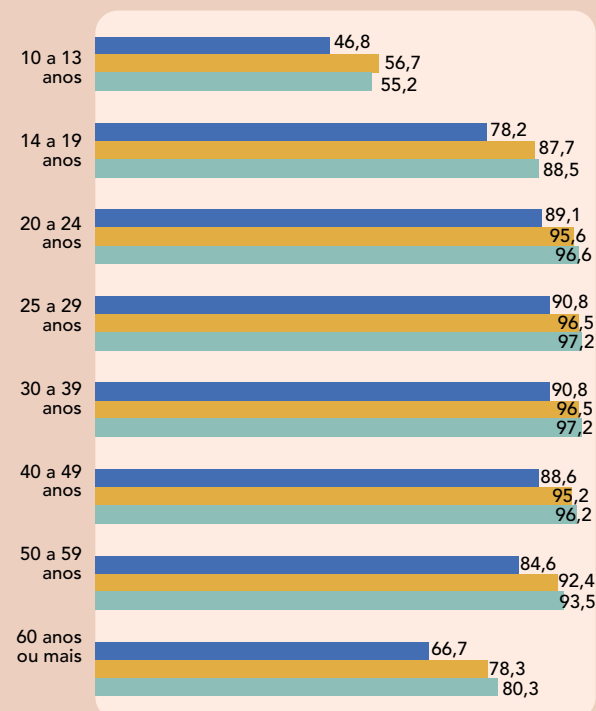
Entre 2024 e 2025, o grupo de 10 a 13 anos de idade foi o único a apresentar variação negativa do percentual de pessoas que possuíam celular, com queda de 1,5 p.p. (de 56,7% para 55,2%). O maior crescimento da posse de telefone móvel celular ocorreu entre os idosos de 60 anos ou mais de idade, cuja proporção de pessoas que possuíam o aparelho expandiu 2,0 p.p. no último ano. Em relação a 2019, o maior crescimento também foi observado entre a população idosa (13,6 p.p.).

Pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)

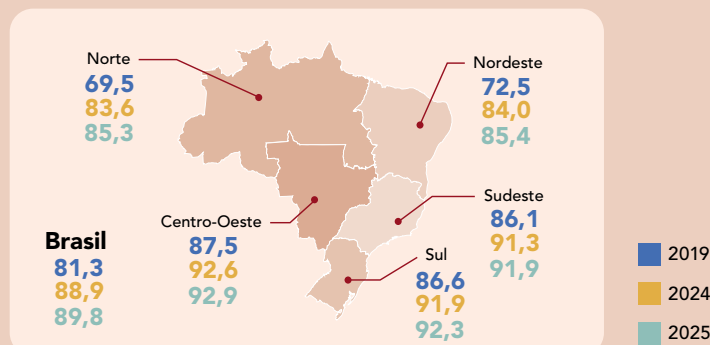
Situação do domicílio



Grupos de idade



Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2025.

Por condição de estudante e rede de ensino

Em 2025, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal era maior entre os não estudantes (92,0%) comparados aos estudantes (80,7%). Entre os estudantes, houve diferença significativa nesse percentual segundo a rede de ensino. Enquanto 93,8% dos estudantes da rede privada tinham telefone móvel celular para uso pessoal, esse percentual era de apenas 73,6% entre aqueles da rede pública.

Como visto anteriormente, a distribuição dos alunos das redes pública e privada por curso frequentado é bastante distinta, o que pode explicar uma parte dessa diferença, uma vez que na rede privada predominam alunos do ensino superior. Ao considerar o curso frequentado, nota-se que entre os estudantes do ensino fundamental havia uma diferença de 15,9 p.p. na posse de telefone móvel celular a favor daqueles da rede privada: apenas 59,8% dos estudantes da rede pública tinham o aparelho, ante a 75,7% da rede privada. Entre os estudantes do ensino médio, a diferença por rede de ensino se reduz para 6,7 p.p. (90,9% dos estudantes da rede pública e 97,6% da rede privada), ao passo que para os estudantes do ensino superior o percentual se iguala e alcança a quase universalidade nos dois grupos (ambos com 99,4%).

Motivo de não ter telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2025, no País, estima-se que 19,1 milhões de pessoas não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, representando 10,2% da população de 10 anos ou mais de idade. Esse percentual era 18,7%, em 2019, e 11,1%, em 2024.

Ao analisar o perfil dessas pessoas por sexo, observa-se que, em 2025, 53,4% eram homens, e 46,6%, mulheres. Por grupo etário, 36,9% eram pessoas de 60 anos ou mais, e 27,4% pertenciam ao grupo de 10 a 13 anos de idade. Por nível de escolaridade, nota-se que 81,5% não tinham instrução ou não haviam completado o ensino fundamental.

Para as pessoas que não possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, a PNAD Contínua investigou o principal motivo de não terem o aparelho⁹. No País, dentre os motivos apontados, os três maiores destaques agregaram, em conjunto, aproximadamente ⅓ das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham esse aparelho: 31,1% alegaram que não sabiam usar telefone móvel celular; 21,1%, falta de necessidade em ter telefone móvel celular; e 14,9%, que o aparelho telefônico era caro. Os demais motivos elencados foram: preocupação com privacidade ou segurança (11,8%); cos-

⁹ Em 2022, com a revisão do questionário do módulo TIC pessoas da PNAD Contínua, houve alterações das opções de respostas relativas ao principal motivo de não ter telefone móvel celular para uso pessoal: excluiu-se a opção "falta de interesse em ter telefone móvel celular" e incluíram-se as opções "falta de necessidade" e "preocupação com privacidade ou segurança".

tumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa (10,1%); serviço era caro (1,9%); e serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar (0,4%). Além desses, 8,9% das pessoas apontaram outro motivo, que não se enquadrava nos demais pesquisados.

Entre 2022 e 2025, observa-se uma redução do percentual de pessoas que indicaram o preço do aparelho como principal motivo para não ter celular, com queda de 9,9 p.p. no acumulado do período, passando de 24,8%, em 2022, para 19,4%, em 2024, até alcançar o menor valor da série em 2025, 14,9%. A preocupação com privacidade ou segurança, por outro lado, apresentou aumento de participação no período, tendo sido apontada por 4,8% das pessoas, em 2022, elevando-se para 7,7%, em 2024, e em seguida para 11,8% no último ano.

Pessoas que não tinham telefone celular para uso pessoal, segundo o motivo (%)

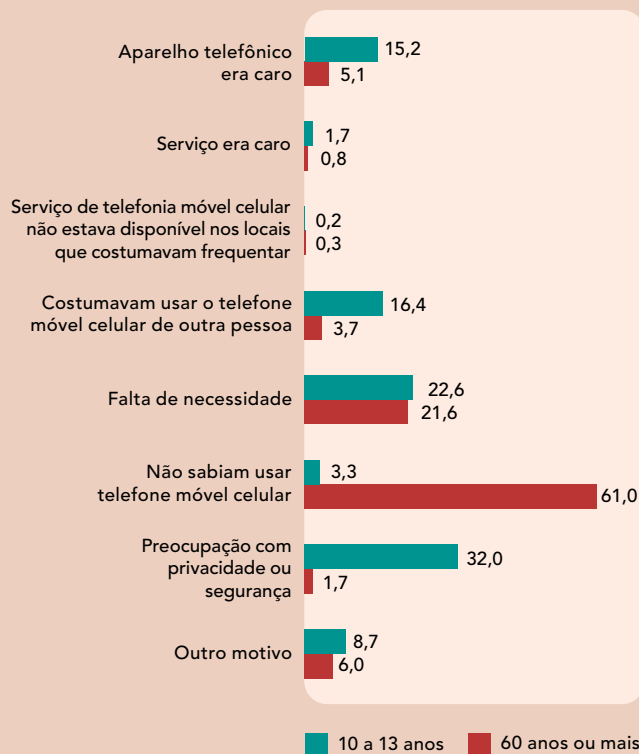
Motivo	Pessoas que não tinham telefone celular para uso pessoal (%)		
	2022	2024	2025
Aparelho telefônico era caro	24,8	19,4	14,9
Serviço era caro	3,1	2,4	1,9
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	1,0	0,5	0,4
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	11,6	10,8	10,1
Falta de necessidade	22,0	21,8	21,1
Não sabiam usar telefone móvel celular	26,3	30,1	31,1
Preocupação com privacidade ou segurança	4,8	7,7	11,8
Outro motivo	6,5	7,2	8,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022/2025.

Ao analisar por grupos etários, observa-se que entre os dois grupos que concentravam a maior parte das pessoas que não possuíam aparelho celular, os motivos alegados eram bastante distintos. Para as pessoas de 10 a 13 anos, o principal motivo elencado foi a preocupa-

ção com privacidade ou segurança (32,0%), seguida pela alegada falta de necessidade (22,6%), pelo fato de que costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa (16,4%) e pelo aparelho telefônico ser caro (15,2%). Para esse grupo, a preocupação com privacidade ou segurança apresentou peso bastante superior ao observado para o total da população de 10 anos ou mais. Por outro lado, apenas 3,3% das pessoas de 10 a 13 anos alegaram não saber usar o telefone celular, sendo esse o motivo mais frequente quando se considera o total da população pesquisada. Entre as pessoas de 60 anos ou mais, por sua vez, chama a atenção que mais da metade das que não possuíam o aparelho alegavam não saber usar (61,0%), em seguida, a falta de necessidade foi apontada por 21,6% dos idosos. ■

Pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, por idade, segundo o motivo (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Pesquisas
por Amostra de Domicílios

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Pixabay

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181



Saiba mais sobre a
pesquisa.